



MUNICÍPIO DE SEIA
AVISO

**ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO
PROGRAMA SEIA REVIVA**

Carlos Filipe Camelo Miranda de Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal de Seia:

Torna público, em cumprimento com o estabelecido no n.º 1 do artigo n.º 118, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações nele inseridas, a Alteração ao Regulamento do Programa Seia Reviva, aprovada em Reunião de Câmara realizada no dia 19 de janeiro de 2012 e Assembleia Municipal realizada a 24 de fevereiro de 2012.

Seia, Paços do Concelho, 1 de Março de 2012

O Presidente da Câmara Municipal

Carlos Filipe Camelo Miranda de Figueiredo

Artigo Primeiro

É alterado o Regulamento “Seia Reviva”, nos seus artigos 4º, 5º, 9º e 10º.

Artigo 4º
Condições de Acesso

As condições de acesso ao Programa são:

1. ...
 - a) ...
 - b) ...
 - c) ...
 - d) ...
 - e) Os edifícios têm de ser destinados a habitação, sendo estes de residência permanente ou de segunda residência.
2. ...
3. ...
4. ...

Artigo 5º
Instrução de Processo

1. ...

2. São elementos essenciais à instrução do pedido:

- a) ...
- b) ...
- c) Documento comprovativo da propriedade do imóvel, ou certidão predial emitida pela Conservatória.
- d)...
- e) ...

Artigo 9º
Apoios

1. ...
2. A quantidade de materiais para beneficiação da imagem da fachada será definida por prédio e por candidatura após a realização da vistoria e a prestação da informação aludidas no n.º1 do artigo 5º, dando-se prioridade aos prédios que se apresentem, comparativamente, em pior estado de degradação.

Artigo 10º
Protecção e Publicidade

1. Aos proprietários ou inquilinos deverá ser facultado um painel, para ser afixado em local visível da obra, ou uma rede ou tela de protecção dos andaimes/tapumes.

Artigo Segundo

As presentes alterações entram em vigor após a sua publicação nos termos legais.

Artigo Terceiro

É republicado integralmente o Regulamento do Programa “Seia Reviva”.



MUNICÍPIO DE SEIA
AVISO

**REPUBLICAÇÃO DO REGULAMENTO
DO PROGRAMA SEIA REVIVA**

Carlos Filipe Camelo Miranda de Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal de Seia:

Torna público, em cumprimento com o estabelecido no n.º 1 do artigo n.º 118, do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações nele

inseridas, a Republicação do Regulamento do Programa Seia Reviva, aprovada em Reunião de Câmara realizada no dia 19 de janeiro de 2012 e Assembleia Municipal realizada a 24 de fevereiro de 2012.

Seia, Paços do Concelho, 1 de Março de 2012

O Presidente da Câmara Municipal



Carlos Filipe Camelo Miranda de Figueiredo

Nota justificativa

Considerando o novo quadro legal de atribuições das autarquias locais, previsto pela Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, na redacção actualizada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aos municípios incumbe, em geral, prosseguir os interesses próprios, promovendo a concessão de incentivos que venham garantir a renovação e conservação do parque habitacional, apostando no desenvolvimento, na salubridade pública, na defesa e protecção do património e na qualidade de vida dos seus munícipes.

Uma habitação condigna representa um dos vectores base essenciais para a qualidade de vida dos agregados populacionais residentes no concelho, assim como a renovação da imagem urbana, é uma aposta virada para o incentivo à regeneração humana dos aglomerados urbanos para além de constituírem atracção turística.

Considerando que o Município de Seia, não pretende ficar alheio à realidade caracterizada pela acentuada degradação do edificado e o despovoamento dos centros urbanos, e querendo inverter tal situação, cria uma medida de incentivo, no intuito de estimular o interesse para a requalificação das habitações, por forma a melhorar as condições de conservação e habitabilidade.

Anualmente o Município de Seia definirá em orçamento a verba destinada para a execução do presente programa.

Art. 1º

Objecto

O presente regulamento define o regime a que obedece a concessão de apoios a proprietários, inquilinos ou

condomínios enquanto medida de incentivo à recuperação de fachadas dos imóveis.

Art. 2º

Âmbito

O Município de Seia, através do programa “Seia Reviva”, contribui com os materiais destinados ao tratamento das fachadas dos edifícios. No caso de edifícios com fachadas de cantaria de granito à vista, os materiais a fornecer são: areia, cimento e cal, nos restantes casos será fornecida tinta.

Art. 3º

Área de Intervenção

A área de intervenção do programa é o Concelho de Seia.

Art. 4º

Condições de Acesso

1. As condições de acesso ao Programa são:
 - a) Os edifícios têm de estar legalmente construídos;
 - b) Os edifícios têm de estar inseridos dentro dos perímetros urbanos definidos no Plano Director Municipal (PDM);
 - c) A data de construção do edifício tem de ser anterior a 1970 (inclusive) ou, se posterior, se se encontrar com as fachadas muito degradadas e for considerado relevante o seu valor arquitectónico;
 - d) O projecto de recuperação tem de representar uma mais valia para a imagem do aglomerado.
 - e) Os edifícios têm de ser destinados a habitação, sendo estes de residência permanente ou de segunda residência.
2. As fachadas que se apresentem degradadas têm que ser previamente recuperadas pelos candidatos, respeitando as condições gerais impostas para a recuperação e beneficiação dos edifícios, para poderem aceder a este programa.
3. As cores a aplicar, bem como os materiais de revestimento exterior, deverão estar sujeitos a aprovação do Município.
4. As cantarias de granito deverão ser preservadas, nunca pintadas.

Art. 5º

Instrução de Processo

1. A candidatura ao programa deve ser apresentada pelos proprietários ou inquilinos interessados no Gabinete de Habitação e Reabilitação Urbana do Município de Seia.

2. São elementos essenciais à instrução do pedido:
- Ficha de candidatura devidamente preenchida;
 - Fotocópias do B.I. e N.I.F. do(s) proprietário(s), inquilino ou condomínio;
 - Documento comprovativo da propriedade do imóvel, ou certidão predial emitida pela Conservatória;
 - Sendo o candidato inquilino, declaração do proprietário que autoriza a pintura das fachadas;
 - Sendo o candidato o condomínio, fotocópia da acta de reunião onde foi aprovada a candidatura ao programa;
 - Planta de localização do imóvel, levantamento fotográfico e área das fachadas a pintar.

Art. 6º

Período de Candidatura

- O período de candidatura do programa será de 2 de Janeiro a 30 de Março de cada ano, com respectiva abertura de Edital.
- O Município de Seia, poderá em casos excepcionais e devidamente fundamentados aceitar candidaturas fora do período estabelecido no número anterior.

Art. 7º

Tramitação do Processo

O Gabinete de Habitação e Reabilitação Urbana receberá os pedidos remetidos pelos interessados e organizará os processos destinados à execução anual do programa.

Art. 8º

Fiscalização e Controlo

Os serviços competentes realizarão uma vistoria, no prazo de 40 dias após a data de fecho da entrega das candidaturas, da qual será realizado o relatório onde constem, designadamente, o estado de conservação das fachadas e das pinturas, as eventuais alterações que tenham sido introduzidas aos prédios sem as devidas licenças ou autorizações municipais e as condições de intervenção.

Art. 9º

Apoios

- O montante máximo do programa será definido em função do cabimento orçamental do ano em vigor.
- A quantidade de materiais para beneficiação da imagem da fachada será definida por prédio e por candidatura após a realização da vistoria e a prestação da informação aludidas no n.º1 do artigo 5º, dando-se prioridade aos prédios que se apresentem, comparativamente, em pior estado de degradação.

Art. 10º

Protecção e Publicidade

Aos proprietários ou inquilinos deverá ser facultado um painel, para ser afixado em local visível da obra, ou uma rede ou tela de protecção dos andaimes/tapumes.

Art. 11º

Fornecimento dos Apoios

- Comunicada a decisão ao requerente, será disponibilizado o material para o local a intervencionar, em data a acordar.
- O requerente comprometer-se-à, após o acto da recepção, a efectuar a pintura da fachada no prazo de sessenta dias.

Art. 12º

Isonções

- A operação de recuperação de fachadas está isenta da taxa normalmente aplicável à ocupação da via pública por andaimes/tapumes.
- Da ocupação da via pública será dado conhecimento à Junta de Freguesia, pelo Gabinete de Habitação e Reabilitação Urbana.

Art. 13º

Dúvidas e Omissões

As dúvidas e casos omissos que vierem a suscitar-se com a aplicação deste regulamento serão resolvidas em Reunião de Câmara.

Art. 14º

Entrada em vigor

O presente regulamento entrará em vigor após a sua publicação nos termos legais.